

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA**

**A MATERIALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NO ACAMPAMENTO HERDEIROS
DA TERRA 1º DE MAIO, RIO BONITO DO IGUAÇU - PR**

GILBERTO ACORDE DE SOUZA

LARANJEIRAS DO SUL

2023

GILBERTO ACORDE DE SOUZA

**A MATERIALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA NO ACAMPAMENTO HERDEIROS
DA TERRA 1º DE MAIO, RIO BONITO DO IGUAÇU - PR**

Relatório Técnico- científico apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Gilberto Acorde de
A MATERIALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO
ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERA DE 10 DE MAIO, RIO BONITO
DO IGUAÇU - PR / Gilberto Acorde de Souza. -- 2023.
56 f.

Orientador: Profº Drº Pedro Ivan Christoffoli

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização
em Realidade Brasileira, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Reforma Agrária Popular. I. Christoffoli, Pedro
Ivan, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

GILBERTO ACORDE DE SOUZA

**A MATERIALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO ACAMPAMENTO
HERDEIROS DA TERA DE 1º DE MAIO, RIO BONITO DO IGUAÇU - PR**

Relatório Técnico- científico apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira

Este Trabalho de Conclusão foi defendido e aprovado pela banca 10/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 PEDRO IVAN CHRISTOFFOLI
Data: 10/04/2023 18:01:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº Drº Pedro Ivan Christoffoli (UFFS)
Orientador



Profº Drª Elemar do Nascimento Cezimbra (UFFS)
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 VALDEMAR ARL
Data: 10/04/2023 12:16:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Drº Valdemar Arl
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pelo acolhimento ao longo dos anos. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que ao longo dos anos tem formado sujeitos críticos, com capacidade de reflexão da realidade. Também agradeço aos professores da Universidade Federal Fronteira Sul, assim como aos parceiros que se desafiaram a organizar o Curso de Especialização em Realidade Brasileira.

RESUMO

O presente trabalho parte de um resgate histórico de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contra um dos maiores latifundiários do Sul do Brasil, processo este que se inicia na década de 1990 e permanece em disputa com milhares de famílias Sem Terra em luta, em sua maioria descendentes dos que iniciaram a primeira ocupação de áreas ocupadas pela Empresa Giacometti-Marodin, hoje Araupel, na década de 1990 na região centro oeste do Paraná. O trabalho pretende, identificar e apontar tendências dos sistemas produtivos das famílias, do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Foi realizada uma revisão bibliográfica, sobre o desenvolvimento capitalista no campo e sua configuração no modelo do agronegócio, assim como o papel do Estado na elaboração de políticas para o fortalecimento desse modelo de desenvolvimento. Posteriormente busca-se elencar alguns elementos sobre a proposta da Reforma Agrária Popular pautada pelo MST. O estudo resgata o processo histórico da construção do primeiro assentamento no Município de Rio Bonito do Iguaçu, PR, processo este que possibilitou nos anos seguintes a continuidade de grandes ocupações no mesmo latifúndio. Buscou-se através de uma pesquisa qualitativa, identificar as principais fontes de renda e sistemas produtivos das famílias do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, e identificar algumas aproximações nos processos existentes no assentamento Ireno Alves dos Santos.

Palavras-chave: Agronegócio; Assentamento; Acampamento, Reforma Agrária Popular.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
SEED	Secretária de Estado da Educação e do Esporte
ACAP	Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná
COOPAIA	Cooperativa Agroecológica Ireno Alves
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
CREDTAR	Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná de Responsabilidade Limitada
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SAFs	Sistemas Agroflorestais
CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

SUMÁRIO

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	AGRONEGÓCIO	10
1.2	REFORMA AGRÁRIA POPULAR.....	12
1.3	COOPERATIVA DE CRÉDITO	16
2	PROCESSO HISTÓRICO.....	22
2.1	ASSENTAMENTO IRENO ALVES	22
2.2	HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO.....	25
3	ANÁLISE QUALITATIVA DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO.....	42
3.1	SISTEMAS DE CRIAÇÕES	43
3.2	SISTEMAS DE PRODUÇÃO	44
3.2.1	Fruticultura	44
3.2.2	Forragicultura.....	45
3.2.3	Grãos e Cereais.....	46
3.2.4	Fontes de renda.....	47
3.2.5	Acesso a Crédito.....	50
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Buscamos neste trabalho identificar e apontar tendências dos sistemas produtivos das famílias do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, dessa forma torna-se necessário compreender o processo de modernização da agricultura Brasileira como reflexo do desenvolvimento das relações capitalistas, assim compreender a dinâmica e as relações que esta estabelece sob o capitalismo de forma geral, também o papel do Estado na indução do desenvolvimento ou estruturação do agronegócio no campo.

A modernização conservadora da agricultura foi induzida inicialmente pelo capital industrial, assim como o aporte de recursos e estruturas do Estado para implementação, pois a agricultura em diferentes momentos é utilizada estrategicamente para equilibrar a balança comercial do Estado. (DELGADO, 2012 e MEDEIROS, 2020).

Diante do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento econômico para a burguesia nacional, não é mais necessária. Dessa forma a reforma agrária popular é necessária para romper com as estruturas de dominação dos latifundiários, setor vinculado ao agronegócio, assim como a atuação dos grandes monopólios (MST, 2014).

A democratização do acesso à Terra, assim como os recursos naturais, buscando um modelo de desenvolvimento sustentável, com produção de alimentos saudáveis e garantia de acesso pela população, resistência ao modelo de agricultura industrial fazem parte do processo de construção da Reforma Agrária Popular. O acesso à Terra é uma condição de sobrevivência para a classe trabalhadora, sendo de fundamental importância na promoção e desenvolvimento que considere as relações sociais e ambientais (MST, 2014).

Diante dos processos históricos de luta pela Terra na região Centro do Paraná, a luta contra a Giocomet-Marodin, configura o início da construção de um grande complexo de luta e construção de assentamentos, processo este que se inicia na década de 90 e se mantém em disputa na atualidade, assim o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se constitui no sujeito fundamental na organização de milhares de camponeses, para derrotar esse imenso latifúndio (OLIVEIRA, 2022).

Os assentamentos e acampamentos construídos pelo MST no Município de Rio Bonito do Iguaçu, constituem um importante espaço de relações sociais, geração de renda, assim como construção de processos educativos, gerando dessa forma empregos diretos nas unidades produtivas, assim como empregos indiretos nas cidades da região. Porém, esses territórios são também disputados e ocupados pela lógica do agronegócio.

Buscou-se identificar as principais fontes de renda, assim como os sistemas de produção utilizados pelas famílias do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, também no mesmo sentido foram observadas algumas tendências ou similaridades identificadas por Oliveira (2022) no assentamento Ireno Alves dos Santos, porém em momentos históricos e evolutivos diferenciados, assim como o acampamento, também surge a partir de um período de novas redefinições políticas do MST, processo este que pode direcionar para outros processos econômicos e sociais.

O trabalho foi realizado através de pesquisa qualitativa e quantitativa, através de questionários aplicados às famílias do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, residentes nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A metodologia utilizada foi amostra aleatória, utilizando critério de inclusão, as famílias que possuíam alunos matriculados na escola Itinerante Herdeiros do Saber I em 2022, e famílias que participaram do concurso de desenho representativo da unidade de produção no mesmo período. O critério de exclusão foi para famílias que não participaram do concurso de desenho e questionário. Os questionários e critérios do desenho foram disponibilizados através dos alunos para que a família realizasse.

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, dessa forma foi aplicado os questionários na segunda semana de dezembro de 2022, para cerca de 250 famílias que possuem alunos regularmente matriculados na Escola Itinerante Herdeiros do Saber I, com prazo limite para retorno até dia 14/12/2022, porém devido à falta de transportes e excesso de chuva, teve retorno somente de 23 questionários. Dessa forma representa 9,2%, dos questionários que retornaram do total dos 250 encaminhados para as famílias, assim indicam possíveis tendências nos sistemas produtivos.

1.1 AGRONEGÓCIO

A economia brasileira, segundo Delgado (2012) no período dos governos militar 1965 a 1985 teve articulação do capital agroindustrial, créditos públicos para agricultura e agroindústria, assim como para propriedade fundiária, possibilitando dessa forma uma modernização conservadora da agricultura no país. Assim o agronegócio brasileiro é a junção do capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, estrategicamente organizado através do capital financeiro na agricultura brasileira, através da modernização técnica na década de 70, conduzidas através de créditos subsidiados para o desenvolvimento de relações da indústria com agricultura, processos estes que valorizou a propriedade fundiária, mesmo aquelas onde não ocorreu a modernização, processo este induzido pelas políticas Estado. (DELGADO, 2012).

A agricultura brasileira completou um ciclo de modernização e crescimento, sem que houvesse mudança na estrutura de 1965 a 1980, indicado através do Produto Interno Bruto, porém no início da década de 80 apresenta certa estagnação, devido ajustes realizados em função da dívida externa, dessa forma a agricultura apresenta papel importante na organização econômica, pois passa a gerar saldos com o comércio no exterior, devido ao custo de importações ser menor que a exportação, assim gerando saldos positivos, dessa forma apresentando um processo inverso observado no setor industrial, nesse sentido momentaneamente o governo militar estabiliza o déficit da conta por um curto período, entre 1982 a 1984 (DELGADO, 2012).

Após certa estabilização estabelecida conjuntamente, se apresenta um novo período de grande liquidez internacional com as exportações que marcam os anos de 1983 a 1993. Nos anos seguintes de 1994 a 1998 é abandonado a política de exportação, buscando dessa forma a crença no desenvolvimento econômico brasileiro através da abertura da economia comercial e financeira do Estado brasileiro, onde o mercado resolveria o problema de dependência dos recursos externos, porém com esta estratégia logo se observa o endividamento externo (DELGADO, 2012).

Com abertura do comércio externo se observa queda da renda agrícola, assim como a queda no preço da Terra, processos estes que influenciaram o abandono das atividades agrícolas, assim como a desestruturação de alguns estabelecimentos,

dessa forma a política liberal adotada conduz a um grande deficit entre 1994 e 1999, nesse sentido para compensar esse deficit o governo de Fernando Henrique Cardoso utiliza como alternativa a estratégia do agronegócio, trazendo alguns elementos do que foi utilizada no período de 83 a 93, porém em um novo contexto da economia internacional (DELGADO, 2012).

Assim este panorama toma novos rumos a partir da crise que se inicia em 1970, e nos anos de 1980 e 1990 se aprofunda, mudando assim a forma do imperialismo atuar na América Latina, onde grandes monopólios começam a se apropriar dos mercados internos nacionais “[...] de produção de alimentos, fertilizantes e sementes, com incorporação de grupos nacionais por grupos europeus e norte-americanos; pressões para importação de capital e de produtos dos EUA [...]” (MEDEIROS, 2020, p. 68).

O Estado Brasileiro foi quem possibilitou a desnacionalização na década de 1990 “[...] da agroindústria e indústria de alimentos [...]”, pois abandonou as políticas setoriais “[...] em favor da ‘estabilidade monetária’ no contexto de abertura e grande liquidez do capital internacional (MEDEIROS, 2020, p.68). Com este movimento grandes grupos internacionais começaram o “[...] processo de aquisição de empresas brasileiras de industrialização de alimentos, de carnes, de produção de insumos agrícolas, entre outras [...]” (MEDEIROS, 2020, p. 68)

O segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso de certa forma estruturou uma política com iniciativas a favor do agronegócio, com infra-estruturas que favorecessem o comércio com meios de transporte e corredores, também a pesquisa pública via EMBRAPA em parceria com empresas do agronegócio, assim como a omissão do Estado no mercado de Terras ou a fiscalização das mesmas, também nesse contexto o mercado externo se apresenta favorável para exportação de commodities (DELGADO, 2012).

Esta estratégia do agronegócio que é retomado com novos elementos no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso é continuada pelo governo Lula, no primeiro mandato com avanços econômicos, porém no segundo governo esses fatos não permanecem no mesmo teor de crescimento, pois esta estratégia conduz a um desequilíbrio externo. Desequilíbrio que anteriormente foi o motivo de apostar na exportação de commodities para contornar o deficit em Conta Corrente, assim a exportação de matérias primárias mostra-se frágil enquanto estratégia econômica para equilíbrio externo (DELGADO, 2012).

A desnacionalização não ocorre pela incapacidade tecnológica ou de competição, mas sim como estratégia dos monopólios de ganhar novos mercados, eliminar concorrência e se apropriar de “seu conhecimento produtivo e dos mercados específicos” (MEDEIROS, 2020, p.69). Tendo alguns contornos estes processos nos governos de Lula onde o Estado Brasileiro promove política monopolista ao apoiar “[...] Grupos nacionais de agroindústria e indústria de alimentos passaram a contar com amplos recursos, especialmente via BNDS, tanto para investimento e reestruturação interna, quanto para aquisições de grupos estrangeiros [...]”, assim conduzindo um processo inverso ao observado na década de 1990, ocorrendo a internacionalização de empresas brasileiras ao invés da desnacionalização (MEDEIROS, 2020, p.69).

Devido à dinâmica financeira, o BNDES muda sua estratégia, pois reduz o apoio mediante financiamento e passa a participar como acionista nestes grandes grupos (MEDEIROS, 2020, p. 70). Desta forma se constitui como “braço regular da política industrial do Estado, enquanto agente na política anticíclica no período de crise” (MEDEIROS, 2020, p. 70).

Mesmo sendo de grande importância, esta política não reverte as tendências anteriores, pois as atividades dos grandes grupos internacionais instalados no país se ampliaram, continuando a centralização do capital (MEDEIROS, 2020, p. 70).

1.2 REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A compreensão da questão agrária deve ultrapassar os conflitos de terra, por serem também territoriais que vai além dos processos de enfrentamento, pois se intensifica com as contradições inerentes ao capitalismo, concentração de capital e riqueza de um lado, e por outro, miséria e pobreza para imensa maioria da população (FERNANDES, [2004?]).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial houve uma crescente demanda para que se desenvolvesse o mercado interno, processo este que condicionou o Estado assumir a Reforma Agrária como política, pois havia uma enorme quantidade da população que vivia no campo e estava fora deste desenvolvimento industrial e, que deveriam ser incorporadas (MST, 2014). Este

processo de Reforma Agrária Burguesa e de transformação do campo teve grande papel no desenvolvimento industrial dos países, pois eram realizadas pelas burguesias industriais, onde através da democratização da Terra desenvolviam o mercado interno, transformando dessa forma, camponeses em produtores e, ao mesmo tempo consumidores (MST 2014, p 22).

A classe dominante Brasileira nunca defendeu uma reforma agrária que possibilitasse o processo de industrialização do país de forma autônoma, mas sim um processo dependente dos países centrais do capitalismo, pois “[...] a burguesia brasileira nunca se constituiu como uma burguesia nacionalista, que queria desenvolver a nação; a indústria brasileira já nasceu dependente (do capital estrangeiro e de um mercado não de massas; [...])” (MST, 2014, p. 25).

No caso brasileiro possui uma estrutura de poder que nega ser necessário, reforma agrária, dessa forma este processo deve ser pautado, a partir de um projeto dos trabalhadores, pois se constitui um projeto de classe. Nesta perspectiva o MST tem se constituído como sujeito fundamental, ao organizar milhares de camponeses em prol da luta pela democratização da Terra nas últimas décadas, dessa forma se constitui um dos maiores movimentos sociais a nível nacional.

Historicamente o processo de luta pela Terra, tem garantido para milhares de camponeses o acesso à Terra, processo este de extrema importância, porém é importante ressaltar, que esses processos devem ser articulados com um projeto maior, em oposição a lógica de reprodução capitalista, de médio a longo prazo, pois caso isso não ocorra, podem apresentar tendência de reprodução do mesmo, e no campo a incorporação do agronegócio. Nesse aspecto a construção de assentamentos pelo Estado não significa alteração nas estruturas de domínio dos povos do campo, mas sim se constitui para minimizar as pressões sociais, pois o Estado foi e continua sendo o agente central na elaboração de políticas públicas para promoção do agronegócio, pois a liberação de crédito e seguro, estão condicionadas à utilização, e dependência de insumos externos.

As políticas de assentamentos rurais se caracterizam por serem realizadas através de programas de governos, onde se distribui Terras as famílias camponesas, através da desapropriação, normalmente quando constatado que à Terra pertence ao Estado, ou através da compra dos latifúndios, ocorrendo assim de forma localizada, para solucionar questões de conflitos sociais ou solucionar as pressões por demanda

de Terra ao governo, este projeto não altera a estrutura da propriedade privada (STEDILE, 2020, p.28 e 29).

Podemos considerar que os assentamentos Ireno Alves em 1997, Marcos Freire em 1998, 10 de Maio em 2005 no município de Rio Bonito do Iguaçu foi através de compra, também em 2005 o Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu o qual foi constatado as Terras como pertencentes à União, porém esses processos foram construídos através de lutas sociais pelo MST, assim como norteadas através das políticas de assentamentos rurais.

Importante, ressaltar que o MST é o sujeito fundamental no enfrento contra os latifúndios e construção de assentamentos, pois surge a partir das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista no campo, dessa forma, o modelo de agricultura implementado pelo Estado brasileiro, com a modernização e manutenção dos latifúndios, através de financiamentos públicos, ocorre para negar a necessidade da reforma agrária, assim o surgimento do MST se dá através do acúmulo de vários processos de lutas, das organizações sociais do campo, assim devido ao avanço da modernização conservadora no campo, conduz a formação de um movimento camponês a nível nacional, para fazer enfrentamento, e pressionar o Estado para fazer reforma agrária, e por mudanças estruturais.

O acesso à Terra aos camponeses é central no processo de transformação social, porém esse se torna insuficiente, pois é necessário mudanças nas relações de poder, assim a Reforma Agrária Popular tem como base e característica a distribuição de terras aos camponeses, através de lutas e processos onde se constituam governos populares e nacionalistas junto aos camponeses, assim esses “[...] processos resultaram leis de reforma agrária progressistas, populares, aplicadas com base na combinação da ação do Estado com a colaboração dos movimentos camponeses” (STEDILE, 2020, p. 24 e 25). A reforma agrária popular, é o resultado de um longo processo de luta e acúmulo de força da classe trabalhadora, a qual pressupõe que haja mudanças nas relações de poder, pois a reforma agrária nessa perspectiva não deve ser confundida com programas de assentamentos, porém esses compõem parte do processo, que podem condicionar avanços na elaboração de ações e estratégias concretas.

Assim a luta pela reforma agrária se tornando uma disputa de classe, ao se confrontar os interesses dos capitalistas, grandes proprietários de terras e empresas transnacionais, todos subordinados à dinâmica geral do capital, que buscam a

exploração da terra, seus recursos naturais e dos trabalhadores, possibilitando a elevação e concentração de capital nos setores relacionados ao agronegócio. Nesta fase do capitalismo para os países imperialistas a exportação de capitais se torna mais importante do que a de mercadoria, desta forma o capital financeiro fruto da união de capital bancário e capital industrial, condicionam as relações de dependência dos agricultores ao subordinar a agricultura como mais um ramo da indústria (MST, 2014; MEDEIROS, 2017).

Neste processo de concentração e desenvolvimento econômico a reforma agrária não se torna mais necessária na perspectiva capitalista de “desenvolvimento das forças produtivas no campo” para a burguesia ou classe produtora, sendo assim a reforma agrária a partir da década de 1980 torna-se uma necessidade dos trabalhadores a qual ocorrerá se por estes for feita (SILVA, 2013, p. 169).

Compreendendo as relações de poder para além dos territórios, onde há necessidade de que o projeto de reforma agrária tem que se diferir, pois “[...] A reforma agrária que se esgotou foi um projeto de reforma agrária baseado no interesse, aliás, na suposição de um interesse da burguesia nacional em fazer a reforma agrária, décadas atrás [...]” (GERMER, 2013, p. 172). Portanto, o programa de reforma agrária deve ser defendido com caráter popular, pois apenas o acesso à propriedade da terra para produzir matérias-primas e alimento à população se tornam insuficiente (MST, 2014).

A Reforma Agrária Popular ocorre em um contexto de mudanças de poder, nos quais possuem governos de caráter popular, nacionalista, porém estes processos não interfere necessariamente no sistema capitalista, nesta perspectiva de reforma Agraria Popular, podem ser citados as experiências da Revolução Chinesa de 1930 a 1950, com a união de poder do governo popular aos camponeses, em 1950 no Egito durante o governo Nasser, as margens do rio Nilo, no norte do Vietnã em territórios liberados dos franceses, assim como a tentativa na Guatemala durante o governo do Jacobo Arbenz de 1951 a 1954. Em 1959 após a revolução Popular em Cuba, também ocorreu uma reforma agrária de natureza popular, posteriormente a Revolução Sandinista em Nicarágua entre 1979 e 1989 com um processo de reforma agrária popular (STEDILE, 2020, p. 24 e 25).

A Reforma Agrária Popular se caracteriza através da materialidade dos processos históricos, os quais são reflexos de mudanças na estrutura de poder político e econômico, através de diversas forças motrizes que condicionam os processos,

nesse sentido, através das experiências históricas, mas condicionadas por uma realidade concreta, a reforma agrária popular se consolida em processos que estão sendo construídos desde já, “[...] resistência ao modelo de agricultura capitalista, para reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores” democratizando o acesso à terra, assim como ações de cooperações são centrais, e sinalizam possibilidades de avanços e resistência no processo de subordinação aos interesses do capital (MST, 2014, p. 33).

A reforma agrária popular deve possibilitar avanço na busca por justiça social e mudanças nos determinantes dos sistemas produtivos, pensados a partir do campo, mas que se completam no conjunto da sociedade (MST, 2014). Assim, a construção de estruturas econômicas, que atendam às necessidades dos trabalhadores, é de extrema importância, pois possibilitam avanços e materialização de processos econômicos e políticos.

A implementação de um projeto, para viabilizar os sistemas produtivos só é possível quando há recursos financeiros disponíveis, dessa forma em determinadas situações, muitas famílias não atendem os critérios estabelecidos pelas instituições financeiras convencionais, assim a cooperativa CREHNOR pode ser uma alternativa fundamental, para viabilizar determinadas atividades produtivas, assim como um instrumento que possibilita avançar na promoção da cooperação e Agroecologia das famílias Sem Terra, fortalecendo o Projeto de Reforma Agrária Popular.

1.3 COOPERATIVA DE CRÉDITO

Acesso a crédito é fundamental no processo produtivo, pois esse se desenvolve junto ao modo capitalista de produção, assim o desenvolvimento do capital financeiro apresenta uma nova fase no capitalismo que é emprestar dinheiro e possibilitar a estruturação nas esferas produtivas seja produção ou a circulação, assim o detentor dos recursos financeiros recebe taxas de juros, sobre o montante emprestado, e o capital financeiro se ampliaria através da apropriação de partes da taxa de juros (CHRISTOFFOLI E ZAMBERLAN, 2007).

Assim vale ressaltar o papel central do acesso a créditos, pois no modo de produção capitalista, essa passa a ser controlado pelos bancos, os quais condicionam o acesso com possibilidade de obter lucro, como no processo de produção ou circulação (CHRISTOFFOLI E ZAMBERLAN, 2007).

As cooperativas de créditos, no capitalismo, têm como função viabilizar créditos aos agricultores, e dessa forma possibilitar que o processo de acumulação de capital seja distribuído entre os sócios cooperados. (CHRISTOFFOLI E ZAMBERLAN, 2007)

A primeira experiência de cooperativa de crédito no MST, foi a Cooperativa de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná de Responsabilidade Limitada (CREDTAR) no ano de 1996 no Município de Nova Laranjeiras Paraná, surge para apoiar estrategicamente as estratégias do MST na região, assim por pressões externas, pois havia tendência internacional de disseminar tais iniciativas, para que superassem a pobreza e a miséria, com isso essas populações não iriam buscar uma ruptura de forma radical ou revolucionária, buscando mudanças estruturais. Assim a cooperação teve início de forma localizada e externa ao movimento (CHRISTOFFOLI E ZAMBERLAN, 2007).

A experiência da CREDTAR sendo uma cooperativa de crédito que surgiu pela demanda dos trabalhadores rurais, pois naquele período não tinham acesso a crédito em outros locais, havendo necessidade dessa forma de se organizarem e fundar uma cooperativa, onde possibilitasse acesso a crédito para esses pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, dessa forma se origina a Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná (CREHNOR) de Laranjeiras do Sul, através de um convênio realizado em 2003 com o sistema CREHNOR, onde estavam organizados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, assim a organização em rede possibilitou redução de custos, pois devido à crise iniciada em 2000 a cooperativa passava por dificuldades econômica (FREITAS, 2019).

Dessa forma a parceria estabelecida pela cooperativa possibilitou que a mesma ofertasse outros serviços, além de intermediar o PRONAF com parceria junto ao Banco do Brasil, projeto habitacionais, seguro, consórcio e outros serviços bancários, porém em 2016 as cooperativas ligadas ao sistema CREHNOR no Rio Grande do Sul se juntaram a outras cooperativas maiores para aumentar a atuação e oferta de serviços, se vinculando ao Sistema Cresol Baser, porém a CREHNOR Laranjeiras do Sul, sendo a única do Estado optou em manter sua autonomia, permanecendo fora

dessa integração, realizada pelas demais cooperativas, também foi desvinculando a parceria com a CREHNOR Central, se reorganizando enquanto cooperativa independente, ou seja, sem vínculo com um sistema de cooperativas (FREITAS, 2019).

Diante do ocorrido em 2017, a definição política do MST retoma as reflexões já abordadas por Christoffoli e Zamberlan, (2007), onde afirma que desde o início da constituição das cooperativas de crédito, há preocupação em qual será a linha política de atuação, se esta será na promoção da cooperação entre as famílias assentadas, ou se terá outra linha de atuação pelo MST, porém de acordo com Freitas (2019) a cooperativa passa por adequações, reafirmando seu papel enquanto instituição financeira para atender as demandas de camponeses e assentados.

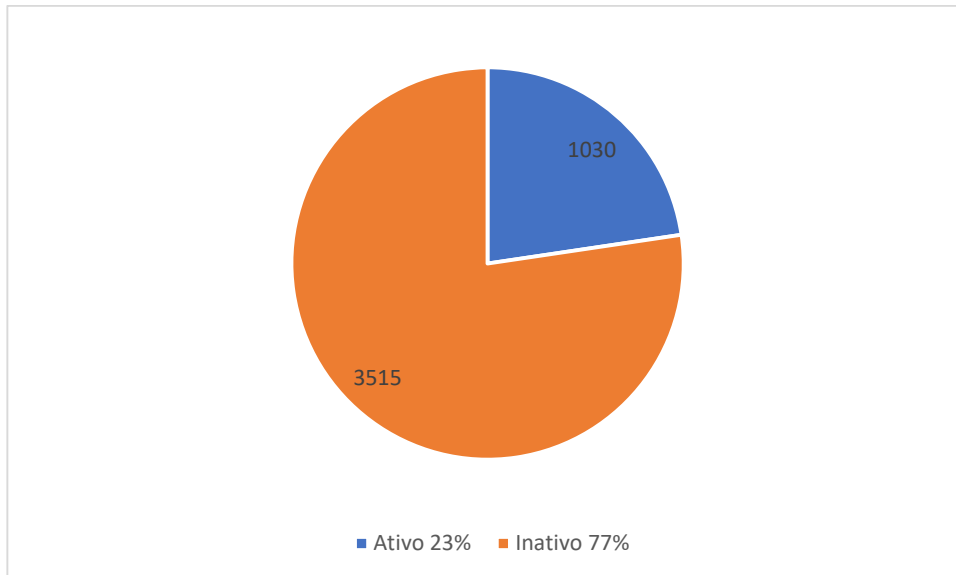
A CREHNOR com as instâncias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem desde 2020 discutindo a cooperativa como um instrumento para fortalecimento das famílias e empresas sociais, pois quando essas empresas realizam as operações de crédito com a cooperativa, aumenta os depósitos, possibilitando dessa forma que a CREHNOR tenha mais créditos, para disponibilizar para mais pessoas. Dessa forma essa nova estratégia “tem demonstrado crescimento e desenvolvimento da cooperativa, possibilitando aumento dos seus ativos e criando perspectiva de construir um projeto ligado ao FINAPOP mais robusto e com condições de atender mais cooperativas e associações.” (CREHNOR, 2023).

Dessa forma a CREHNOR se torna uma ferramenta fundamental para acesso a créditos e programas públicos, pois possibilita atender esses trabalhadores que se encontravam fora dos padrões de exigência exigidos pelos bancos ou cooperativas empresariais, porém a cooperativa ainda apresenta limites em expandir para outras regiões do Estado e país, assim como ainda encontra limite de acesso aos recursos de repasse como o PRONAF, muito demandado pelos assentados e agricultores familiares. (CREHNOR, 2023)

Importante sinalizar que depois de alguns anos é possível identificar avanços pela cooperativa, sendo eles no aspecto econômico, mas também político, diante da definição da cooperativa ao ter reafirmado seu papel para com os camponeses e assentados, pois segundo Freitas (2019) havia 4137 sócios inativos, correspondendo a 88% dos cooperados que não realizaram nenhuma movimentação financeira nos últimos 181 dias, e 557 sócios ativos que correspondem a 12% dos sócios que

realizaram movimentações financeiras nos últimos 6 meses, atualmente a cooperativa apresenta o seguinte quadro entre sócios ativos e inativos, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação de cooperados da CREHNOR



Fonte: Dados CREHNOR, 2023. Elaborado pelo Autor

Dessa forma é possível identificar que houve uma redução no número total de sócios da CREHNOR, pois em 2019 havia 4694 sócios e atualmente apresenta um número total de 4.545 sócios, ou seja, uma redução de 149 sócios, equivalente a 3,17% em relação a 2019. Essa redução resulta da atualização cadastral, com exclusão de cooperados falecidos ou que já não estão na região, além dos que solicitaram demissão do quadro social.

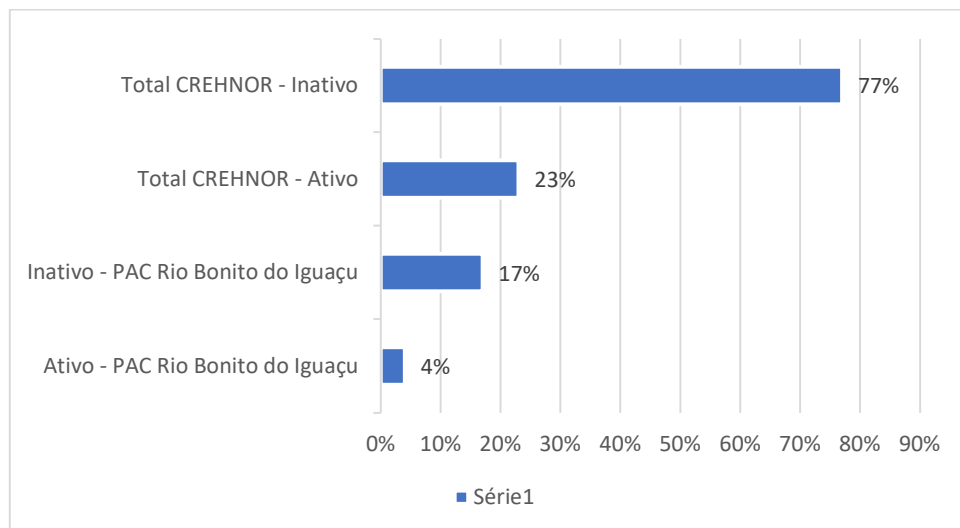
Entretanto, devido à retomada do processo de cooperação no crédito como estratégia nacional vinculadas aos camponeses e entidades sociais, vem-se conquistando avanços, pois de 557 sócios ativos em 2019 passa-se para 1030 sócios ativos em 2023. Dessa forma, atualmente a cooperativa apresenta em média 23% de sócios ativos e 77% de sócios inativos, conforme anteriormente apresentado no gráfico 1.

Devido ao enorme complexo de assentados e acampados em Rio Bonito do Iguaçu houve também a retomada do Posto de Atendimento ao Cooperado (PAC), onde segundo representantes do PAC Rio Bonito do Iguaçu, depois de 23 anos das atividades encerradas no município, foi retomado no dia 13 de setembro de 2021, assim o território apresenta muitos camponeses que são o foco de atuação da cooperativa, dessa forma apresenta várias iniciativas dos “acampados que estão

iniciando suas atividades produtivas, sendo no leite, mandioca, grãos e outros que necessitam de crédito para esse início da produção que em muitas vezes eles não vão encontrar em outras instituições de crédito” (CREHNOR, 2023).

Assim de acordo com a CREHNOR, o PAC de Rio Bonito do Iguaçu representa a retomada do trabalho de base, junto aos camponeses que são foco da cooperativa, dessa forma atualmente possui 771 sócios inativos e 180 sócios ativos, conforme apresentado no gráfico 2, possuindo dessa forma um número de cooperados considerável, assim como sendo um território com grandes possibilidades de avanço.

Gráfico 2 – Relação de cooperados ativos e inativos da CREHNOR - Dados totais e do PAC Rio Bonito do Iguaçu. Em %.



Fonte: Dados CREHNOR, fev 2023. Elaborado pelo Autor

Importante ressaltar que segundo o coordenador do PAC Rio Bonito do Iguaçu, o foco da cooperativa tem sido até o momento, as famílias acampadas no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio e para aqueles que estão no início das atividades produtivas, e que não possuem conta bancária. Assim, a situação irregular das famílias nas parcelas de lote tem impedido obtenção de crédito em instituições financeiras públicas, ficando dessa forma refém das instituições financeiras privadas ou empresariais.

A CREHNOR busca como diferencial das demais instituições financeiras oferecer atendimento personalizado, assim como pensar ofertas de “crédito ligado a produção orgânica/agroecológica, sustentável”, pois quando a cooperativa conhece o

sócio consegue realizar os procedimentos com menor burocracia para os associados (CREHNOR, 2023).

A cooperativa vem atuando junto às famílias assentadas e acampadas sem que haja critérios diferentes, mas seguindo “o estabelecido no manual de crédito da cooperativa, esse que tem definido claramente o que precisa para acessar produtos e serviços ofertados pela CREHNOR”, porém se faz necessário conhecer a família, unidade produtiva e as condições apresentadas pelas famílias (CREHNOR, 2023).

As linhas de créditos mais demandadas pelo PAC Rio Bonito do Iguazu segundo o coordenador do PAC são Investimento Pecuário, com foco principal na produção de leite, assim como para custeio para produção de grãos, soja, milho e feijão. Nota-se que essas demandas de crédito são reflexo dos sistemas de produção adotados pelas famílias assentadas, apresentado pela pesquisa de Oliveira (2022), assim como identificadas na pesquisa "ANÁLISE QUALITATIVA DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO" neste trabalho.

Cabe destacar que a CREHNOR apresentou momentos onde havia maior número de sócios ativos e outros menos, processos estes condicionados pela luta pela Terra, assim como a construção de assentamentos, dessa forma o histórico da cooperativa se faz na conquista dos primeiros assentamentos da antiga Giocomet-Marodin. Porém, neste último período de grandes retrocessos nas políticas públicas, as estratégias adotadas pela CREHNOR nos últimos anos e por definições políticas do MST, sinaliza que a cooperativa pode possibilitar avanços no processo de intercooperação nos territórios de acampamentos e assentamentos do MST, assim como se constituir em um instrumento fundamental na construção da reforma agrária popular.

2 PROCESSO HISTÓRICO

2.1 ASSENTAMENTO IRENO ALVES

A conquista do Assentamento Ireno Alves dos Santos demarca o processo histórico de luta pela Terra contra a antiga Giocomet-Marodin detentora do imóvel Rio das Cobras e Pinhal Ralo que asseguravam uma área contínua com mais de 100.000 hectares, abrangendo os municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras (HAMMEL, 2020).

Em 1996 iniciou-se a formação do acampamento “Buraco”, no município de Rio Bonito do Iguaçu, PR, onde se inicia o primeiro processo de organização dos Sem Terra contra um dos maiores latifúndios da região Sul do país. Assim com a primeira ocupação é consolidado o Assentamento Ireno Alves, sendo regularizado em 1997 com 934 famílias em uma área de 16.852,16 ha, posteriormente a este processo, novamente os Sem Terra, organizados conquistam mais dois assentamentos, sendo o Marcos Freire em 1998 e 10 de Maio em 2005, dessa forma os três assentamentos representam 28.000 ha de áreas contínuas, totalizando assim 37,5% da área do município de Rio Bonito do Iguaçu, também em 2005 ocorre a consolidação do Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu (OLIVEIRA, 2022 e HAMMEL, 2020).

A consolidação dos assentamentos, ocorre nas áreas onde eram utilizadas para produção e extração de madeiras exóticas, como pinos e eucalipto, também com exploração da araucária destinadas à exportação, produção de laminados, assim como painéis, dessa forma passa a ser utilizada pelos assentados para produzir alimentos e outros produtos, assim a produção gerada pelos assentamentos condicionam uma dinâmica de circulação local, ou seja, dinamizando a economia local do município, mas também contribuindo para dinâmica da economia regional, devida abundância de produção, nesse sentido em 2013 os assentamentos de Rio Bonito do Iguaçu produziram, milho, soja, feijão, arroz, leite, suínos, bovinos e aves para comercialização ou autoconsumo, dentre outras culturas (OLIVEIRA, 2022).

Outro elemento central na conquista do assentamento Ireno Alves dos Santos foi a conquista de quatro escolas municipais. Escola M. R. Irmã Dulce, Escola M.R. Chico Mendes, Escola M. Vanderlei das Neves e Escola M.R. Severino da Silva e

duas escolas estaduais no assentamento, sendo o Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irenos Alves dos Santos e o Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Alves dos Santos. No Assentamento Marcos Freire foram organizadas duas escolas municipais, a Escola M.R. Paulo Freire e Escola M. R. Herbert de Souza, também dois colégios estaduais, sendo eles Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio Iraci Salete Strozak e Colégio Estadual de Ensino Fundamental Sebastião Estevam Da Costa (HAMMEL, 2020).

Vale ressaltar o papel fundamental das escolas em áreas de assentamentos, pois além de garantirem, que crianças e jovens tenham acesso à educação pública de qualidade na comunidade onde residem, os Sem Terra ao lutarem por dignidade e garantirem acesso à Terra para milhares de trabalhadores, também proporcionam geração de emprego e renda, para outras dezenas de pessoas que anteriormente não estavam vinculados no contexto de Reforma Agrária.

A produção alternativa também tem importantes iniciativas, desta forma no ano de 2012 organizou-se uma cooperativa, através do apoio da ATER-CEAGRO (Centro de Capacitação em Agroecologia), pois havia expectativa na produção e comercialização que se projetava naquele período, assim foi organizado através de 10 grupos de produtores agroecológicos a Cooperativa Agroecológica do Ireno Alves (COPAIA), a cooperativa é integrada por 82 associados (OLIVEIRA, 2022). Importante salientar a importância da COPAIA como um instrumento econômico, que vem resistindo nesses últimos anos de governos conservadores, mesmo depois de um longo período de ausência de políticas públicas voltada à produção orgânica, a cooperativa continua atuando, e possibilitando viabilidade de algumas experiências de produção agroecológica no assentamento, assim como no Acampamento Herdeiros da Terra de 1.º de Maio.

Cabe ressaltar que alguns agricultores do assentamento Ireno Alves fazem parte da Rede Ecovida, através do núcleo Luta Camponesa de Agroecologia, a qual organiza os circuitos de comercialização dos três Estados do Sul e São Paulo, dessa forma a Rede Ecovida, também realiza os processos de certificação participativa (OLIVEIRA, 2022).

Além dos assentados, produzem para autoconsumo e comercialização, também obtém renda com trabalho externo às unidades produtivas, trabalhando como assalariados para terceiros, geralmente em unidades produtivas onde apresenta baixa

especialização em algum sistema produtivo, dessa forma o trabalho externo fixo ou temporário possibilita a permanência das famílias no lote (OLIVEIRA, 2022).

Importante compreender que os assentados utilizam-se de diferentes estratégias para permanecerem em seus lotes, assim como obter renda, porém cabe ressaltar que as empresas ou cooperativas com atuação na lógica do agronegócio como forma dominante de atuar, assim como modelo de assistência técnica ofertada por estas empresas, que buscam a implementação de insumos químicos e sementes transgênicas, esse processo também está articulado com as instituições financeiras da região.

Assentados que conduzem seu próprio lote, segundo Oliveira (2022) representam mais da metade dos pesquisados. Em uma amostra aleatória total de 165 assentados, 88 conduzem as atividades produtivas de forma autônoma, ou seja, 53,3% dos assentados pesquisados, assim esse grupo apresenta formas diversificadas de produção. Dessa forma, os assentados que conduzem as atividades produtivas no lote no sistema de criação, a produção de leite é a principal atividade geradora de renda, porém tendo a predominância de formas pouco especializadas, para distinção entre menos especializado e especializado, foram observados, rebanho e estruturas presentes na unidade de produção, nas quais as mais estruturadas também possuíam maquinários e equipamentos. (OLIVEIRA, 2022).

Entre os assentados que têm como fonte principal de renda sistemas de cultivos (de grãos, principalmente) há os que possuem maquinários próprios, e aqueles que se obrigam a contratar serviços de terceiros, para realizar a produção. Entre aqueles que utilizam os sistemas mistos para geração de renda na unidade, há especificidades em cada unidade de produção conforme a disponibilidade de recursos disponíveis, porém ambos utilizam o cultivo de milho para Silagem (OLIVEIRA, 2022).

Além dos aspectos econômicos e produtivos presentes no assentamento, outro fator com grande influência nos sistemas produtivos adotados, está relacionado aos aspectos físicos naturais presentes nas unidades produtivas, pois de acordo com cada atividade agrícola utilizada, haverá diferentes demandas de recursos para viabilizar, assim como a quantidade de mão de obra disponível para execução das atividades.

Assim como os arrendatários, também os assentados que conduzem as atividades agrícolas nos lotes, para ter acesso a crédito de custeio da safra, realizam a venda antecipada da produção via contratos, normalmente correspondente ao custo de insumos para safra, mas também via crédito rural, financiando em bancos, ou

ainda, através da possibilidade de pagamento dos insumos na colheita para as empresas vendedoras de insumos (OLIVEIRA, 2022).

Outro fator identificado no assentamento Ireno Alves dos Santos foi a presença de arrendatário vindo de fora do assentamento, mesmo sendo um número baixo é importante registrar, sendo assim na amostragem total de 165 lotes, foi identificado 2 lotes ou 1,25%, onde o arrendatário externo arrenda os lotes, sendo este um produtor capitalizado, com excelentes condições financeiras e estruturas de produção (máquinas e equipamentos), que permitem ou condicionam arrendar áreas para plantio, realizando pagamento de forma antecipada, assim como buscando formas para continuar a utilizar as áreas arrendadas (OLIVEIRA, 2022).

Essas formas de reprodução camponesa não estão condicionadas somente por questões de interesse enquanto sujeito, mesmo que em determinadas situações se apresenta com certo grau de autonomia frente ao modelo hegemônico, está direto, ou indiretamente subordinado à dinâmica capitalista no campo. Assim, o modelo do agronegócio disputa de forma permanente o projeto de Reforma Agrária pautado pelo MST, pois o agronegócio é o reflexo das formas de reprodução capitalista no campo, onde subordina e se apropria das relações camponesas para centralização de riqueza e acumulação do capital.

2.2 HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO

Os acampamentos se constituem como parte do processo de construção da Reforma Agrária Popular, também como o marco da luta pela Terra, nos últimos anos o MST deu passos importantes ao sistematizar o “Programa de Reforma Agrária Popular”, porém apresenta grandes desafios.

O Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio surge em 2014, fruto de um processo de discussão e organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem atuando na Região Centro na organização de acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas e associações. Devido a, longos anos de lutas, resistência e organização política o MST define construção de novos acampamentos na região, assim como nas instâncias regionais, estaduais e

nacionais, também no último Congresso Nacional, onde se define a retomada de grandes ocupações.

No dia 1º de maio de 2014 se inicia o acampamento base no lote de uma família assentada no assentamento Ireno Alves dos Santos, próximo da divisa da área onde a Araupel estava explorando, atualmente denominada Millpar. O MST mostra grande capacidade de articulação na sociedade, assim como ser referência política na luta pela Terra, pois devido a, um intenso trabalho de base que antecedeu o início do acampamento, dessa forma em menos de três meses, são reunidas mais de duas mil famílias, onde essas passam por intensos momentos de formação política, discussões coletivas, organização dos Núcleos de Base (NBs), espaços esses, fundamentais para organização, pois no dia 17 de julho de 2014 ocuparam o território com mais de 22 mil hectares de Terra em área contínua, assim a ocupação teve início na madrugada e se estendendo durante o dia.

A ocupação foi um momento intenso de enfrentamento, pois havia o monitoramento da empresa, porém os acampados também tiveram como suporte a contribuição das famílias assentadas, os quais possuíam seus familiares no acampamento, dessa forma contribuíram na elaboração das estratégias para adentrar na área. Havia várias pessoas organizadas, as quais estavam motivadas a lutar, possibilitando dessa forma ocupar vários pontos de acesso da área, processo esse fundamental que possibilitou as negociações, posteriormente tornou possível a permanência na área.

Logo após a ocupação as famílias vindas de diversas regiões, tinham no acampamento a única possibilidade de moradia, e busca de dignidade, assim como possibilidade de sobrevivência.

Com a estabilização da ocupação na área, a coordenação e direção do MST retomam as discussões organizativas fundamentais no processo, assim como no período que antecedeu a ocupação, dessa forma são retomadas as discussões e formação com a coordenação e NBs, nessa perspectiva são construídas várias estruturas de diálogos, além das instâncias de Assembleia, coordenação e direção, também são retomados vários setores e coletivos, que tinham como objetivos a inserção das famílias acampadas em espaços e instâncias de debates, pois os processos reflexivos coletivos, foi o que possibilitou compreensão da materialidade do processo, assim como adotar estratégias para avançar e resistir no acampamento, dessa forma o coletivo de mulheres teve papel fundamental nas discussões

relacionadas a igualdade de gênero, mas além disso, as grandes ações das mulheres foram de extrema importância. Também o Coletivo da Juventude teve papel importante na agitação, organização e mobilização da juventude no acampamento.

Os setores também possibilitaram a vinculação das famílias nas discussões políticas da organização, assim como atender as necessidades diárias do acampamento, pois a orientação era que tivesse no mínimo duas pessoas responsáveis por cada NBs, inserida em cada setor, inclusive sendo um homem e uma mulher.

Setor de Esporte, buscava contribuir e organizar espaços de lazer no acampamento, principalmente torneios de futebol, buscando assim a interação das famílias.

Setor da Infraestrutura, era responsável por organizar as estruturas de moradia, construir estruturas coletivas, barracão de reuniões, escola, assim como o fornecimento de água.

Também o Setor de Saúde, buscava formas de garantir a saúde coletiva, buscando os meios alternativos e preventivos, mas também organizava as demandas de atendimentos de enfermeiros e médicos, inclusive organizaram um espaço de atendimento e acompanhamento.

Setor de Finanças foi essencial, para organizar as contribuições das famílias, as promoções, atividades para arrecadar recursos, para as ações massivas, mobilizações, construções, também o deslocamento de militantes e dirigentes eram bancados com recursos provenientes das famílias acampadas.

Setor de Comunicação, foi um setor estratégico ao realizar o enfrentamento e disputa de ideias, pois inclusive a ocupação foi por um longo período atacado pelas mídias convencionais na região, inclusive vinculado à empresa Araupel, mas também teve papel fundamental no registro dos processos do acampamento, seja ela nas atividades diárias, ou em momentos mais específicos.

Setor de Formação, esse buscava organizar processos formativos a partir das necessidades mais específicas, mas também processos mais estratégicos, assim foram organizados importantes espaços formativos, geralmente vinculados a outros setores, mas também foi construído parceria junto à Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), através de formações mais específicas, assim como também foram organizados espaços e momentos de formações políticas, de militantes e dirigentes do MST, cursos com duração de vários dias, donde vinham militantes de diversas

regiões do estado e país, também teve momentos de vivências da turma de Teoria Política Latina Americana, promovida pela Escola Nacional Florestan Fernandes, pois vieram Militantes de vários países conhecer e vivenciar a experiência de luta do MST.

Outro importante setor foi da disciplina, esse buscava a organização e conscientização coletiva das famílias acampadas, buscando assim garantir os princípios e discussões coletivas da organização, assim como a segurança de cada família acampada.

Setor de Educação, também naquele momento a educação torna-se central no acampamento, onde se define pela criação de uma Escola Itinerante, denominada Herdeiros do Saber.

A permanência das famílias nos acampamentos implica em garantir o acesso a recursos para poder sobreviver e também assegurar a educação de crianças e jovens. Ao longo dos anos o MST organizou o Setor de Educação, o qual possui papel importante na organização dos processos educativos de Educação Popular para os trabalhadores, assim como a Educação Institucional, sendo essa última se dá principalmente via instalação das Escolas Itinerantes nos acampamentos e de escolas permanentes nos assentamentos.

Após a ocupação começou a ser discutido a escola como uma necessidade latente dos acampados para que se garantisse a continuidade de acesso e escolarização das crianças, jovens e adultos, assim naquele momento havia várias crianças que já estavam residindo com suas famílias, dessa forma o acampamento era residência e geralmente tudo o que possuíam tinham junto nos barracos (casa provisória feitas de lona), assim a organização e resistência prolongada foi a única forma de garantir o acesso à terra.

A escola era e continua sendo central no processo, pois para além da terra, possibilita a continuidade na formação humana, partindo da realidade dos sujeitos em movimento. As Escolas Itinerantes¹ se constituem nos distintos espaços de acampamentos através de uma série de processos organizativos locais, regionais,

¹ “Denominam-se itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Dessa forma, a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST [...]”, dessa forma nos acampamentos “[...] o que se altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classes é mais evidente” (BABNIUK E CAMINI, 2012).

estaduais e nacionais com quadros políticos do MST discutindo a partir de uma realidade concreta com a comunidade.

A Escola Itinerante Herdeiros do Saber, foi uma construção coletiva com as famílias e vários setores do MST, assim ela é assumida pela comunidade acampada e construída desde a base, processo este acompanhado e conduzido pela coordenação e direção do MST, também ao nível regional e Estadual o Setor de Educação do MST - PR, assume essa construção da escola na condução da proposta educativa discutida pelo MST. A escola recebe esse nome a partir de uma discussão coletiva em conjunto com a comunidade. Dessa forma o nome faz referência aos processos de construção coletiva, assim como os processos históricos de luta pela Terra e Educação.

A participação do Estado na escola sempre foi e tem sido de certa forma bastante conflituosa. A construção das Escolas Itinerantes sempre surge a partir de uma necessidade dos acampados e, por iniciativa própria, os Sem Terra se organizam, constroem as estruturas físicas com trabalho voluntário, posteriormente iniciando o processo de ensino através de profissionais que residem no próprio acampamento, dessa forma a comunidade do MST, assim como seus representantes e dirigentes pressionam o Estado para que este reconheça a Escola e garanta o direito à Educação.

As Escolas Itinerantes foram reconhecidas legalmente através da Resolução nº 614/2004, mas sua consolidação e manutenção sempre foi e tem sido feito com muita luta e trabalho voluntário. Importante ressaltar que as Escolas Itinerantes são do MST, materializado em cada membro da comunidade e instâncias, pois as escolas só existem devido ao esforço coletivo do MST em organizar os camponeses e realizar enfrentamento contra o latifúndio, assim como a construção das escolas e esforços coletivos para que o Estado reconheça a escola como uma instituição legal e necessária, para garantir o direito de acesso à educação. Nesse sentido as escolas itinerantes são vinculadas a uma escola estadual já devidamente regulamentada pelo Estado, as “escolas base”, que são responsáveis pelo registro, arquivo e expedição da documentação dos alunos, bem como oferecer suporte legal e pedagógico à escola itinerante.

Outro aspecto importante a ser elencado é que as Escolas Itinerantes dispõem de uma estrutura organizacional e de gestão autônoma perante as “escolas base”, dessa forma, dispõem de uma Coordenação Pedagógica Diretiva vinculada a

Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP) incumbida pela gestão financeira, administrativa e pedagógica, com papel de garantir a legalidade exigida pelo Estado, estabelecida em convênio, assim como responder e representar a escola perante a comunidade e órgãos governamentais quando necessário.

Os Educadores da Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, Educação infantil – 4 anos até o 5º ano, sempre iniciaram trabalho de forma voluntária até que o MST conseguisse firmar um convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) com a ACAP, possibilitando dessa forma acesso a recursos financeiros para contratar profissionais da educação acampados na comunidade, garantindo assim que se dediquem ao processo de escolarização dos Sem Terra, contudo esses convênios sempre foram firmados de forma temporária, sofrendo de discontinuidades. Assim, quando finalizam os convênios a comunidade se reorganiza e os educadores continuam com trabalho voluntário nas atividades de ensino, às vezes durante alguns meses, até que a SEED firme um novo convênio.

A Escola Itinerante Herdeiros do Saber veio cumprindo seu papel Histórico de Itinerância, acompanhando a comunidade Sem Terra, pois quando a comunidade define em avançar no Território ocupado, ocupando estrategicamente quatro grandes espaços Herdeiros I, Alojamento, Lambari e Guajuvira a escola também se divide, dessa forma a educação para os anos iniciais do ensino Fundamental passa a ser ofertado nos quatro espaços, porém permanece sendo ofertado em um único local no Herdeiros I o ensino para as turmas finais do Ensino Fundamental e Médio, devido o deslocamento dos funcionários vinculados diretamente ao Estado.

O ambiente escolar nos acampamentos é de grande importância para afirmação da identidade Sem Terra, pois quando os trabalhadores se integram na luta pela Terra no MST, possuem como anseio a conquista de um pedaço de Terra para trabalhar e morar com sua família, porém muitas vezes apresentam como parte de sua construção social, concepções de mundo e relações capitalistas.

A escola se colocar como parte do processo de construção do projeto para os Sem Terras, assim além de garantir o acesso aos conhecimentos técnicos e científicos aos educandos, também reafirmam a construção da identidade Sem Terra, pois ao organizar os tempos e espaços formativos garantem que essas crianças e jovens compreendam as contradições nas distintas dimensões da vida, assim como a importância dos processos coletivos e de cooperação para a classe trabalhadora.

Importante destacar que a reforma do Novo Ensino Médio, implementada pelo Estado, foi um retrocesso para a classe trabalhadora, porém para as escolas do MST – PR, foi menor o prejuízo, devido a, articulação do Setor de Educação do MST em conjunto com as escolas de assentamentos e acampamentos, dessa forma o movimento teve a possibilidade de discutir os itinerários formativos de acordo com a proposta pedagógica discutida pelo MST.

Foi organizado uma proposta de Itinerário Formativo que equilibra ou minimiza as perdas com a retirada das disciplinas e conteúdo propostos pelo Estado, nesse processo foi proposto conteúdos que se aproximam do projeto político defendido pelo MST, assim como a inserção do tema Agroecologia nas disciplinas, processo este que podem contribuir para avançar no debate sobre o papel das escolas do MST na Reforma Agrária Popular.

Além dos acampamentos se constituírem como método de luta no enfrentamento contra o latifúndio, apresentam espaços de extrema importância para elevação da consciência dos trabalhadores na luta de classe, assim os processos de lutas coletivas na esfera econômica e política, marchas, reuniões, reflexões coletivas e formação política realizada pelo MST expõe as relações de poder e controle exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores, possibilitando a capacidade de reflexão crítica.

Quando as famílias têm acesso às parcelas individuais de Terra, apresentam limites em participar de espaços mais coletivos, aspectos esses reforçados pelas relações do modelo de produção do agronegócio, dessa forma o modo de vida estabelecido nas relações econômicas determina como os sujeitos pensam e agem.

As contradições do sistema capitalista de produção colocam para a Escola Itinerante grandes desafios, pois para além da defesa do modelo de produção baseado nos princípios agroecológico, há necessidade de avançarmos para construção de espaços que possibilitem práticas de Agroecologia, assim como estabelecer vínculos com a comunidade. Para contribuir nessa perspectiva no ano de 2022 foi construído uma Horta para cultivo de hortaliças e plantas medicinais, assim para este ano será um desafio para escola pensar tempos e espaços que possibilitem vincular teoria e prática na perspectiva da cooperação e Agroecologia na Luta pela Terra.

O Setor de Produção, tem como função principal organizar a produção no acampamento, nas possibilidades e condições reais apresentadas em cada momento.

Dessa forma, logo que foi realizada a ocupação foram organizados espaços onde possibilitasse que as famílias cultivassem alguns alimentos para o autoconsumo - inicialmente um lote em torno de uns 350 m² em média por família-localizado nas proximidades do acampamento, pois naquele momento havia poucas áreas abertas ou sem madeiras.

Também foi estabelecido um acordo com a empresa, para que esta retirasse as madeiras, e os acampados se comprometeram em não impedir, porém, posteriormente essas áreas seriam destinadas a plantio de alimentos. Posteriormente conforme as áreas estavam sendo retiradas as madeiras pela empresa, os acampados foram cultivando e aumentando as áreas plantadas.

As ações coletivas de corte de pinos no entorno do acampamento, teve papel fundamental, pois além de serem ações simbólicas visando estimular a união e a cooperação, também sinalizavam domínio de território, assim como possibilidade de avançar no plantio e cultivo dessas áreas. Outro processo de grande importância para o acampamento foi a realização de cultivos coletivos organizados em forma de mutirões, conforme as figuras 1, 2, 3 e 4, este processo ocorreu ainda quando todas as famílias estavam reunidas, ou seja, anterior ao deslocamento para outros espaços, porém depois que houve o deslocamento nos demais três espaços, também ocorreu processos similares.

Figura 1 – Plantio de Feijão em mutirões na área coletiva.



Fonte: POSTINGUER, D. 2014.

Figura 2 – Capina manual do Feijão coletivo



Fonte: POSTINGUER, D. 2014.

Figura 3 – Capina coletiva manual para plantio, após inverno, mês de setembro



Fonte: POSTINGUER, D. 2015.

Figura 4 – Capina coletiva manual para plantio, após inverno, mês de setembro



Fonte: POSTINGUER, D. 2015.

Entre os anos de 2014 e 2015 teve plantio coletivo de bananas, próximo ao campo, outro processo importante, para além dos debates teóricos, foi a construção do Sistema Agroflorestal (SAF) próximo à escola, conforme as figuras 5 e 6, estes processos, assim como os plantios coletivos eram organizados pelo Setor de Produção, o qual havia um núcleo dirigente e representantes de todos os NBs. Além de organizar as ações coletivas, o setor de produção também possibilitou alguns espaços de formação, o qual possibilitou posteriormente a organização dos grupos de pessoas na perspectiva da produção orgânica.

Figura 5 – Início da construção do SAF pelo Setor de Produção e Comunidade.



Fonte: Setor de comunicação, 2015.

Figura 6 – Início da construção do SAFs pelo Setor de Produção e Comunidade.



Fonte: Setor de comunicação, 2015.

Importante ressaltar que o setor de produção é estratégico para o MST, assim durante o acampamento cumpriu um importante papel no debate sobre a Agroecologia em oposição à lógica do agronegócio.

Nesse período o acampamento que até então estava estabelecido em um único local se divide em quatro grandes comunidades com cerca de 300 famílias em média, sendo: a) Herdeiros I, b) Alojamento - espaço organizado no final de 2015; c) Lambari - no segundo semestre de 2015, e d) Guajuvira - espaço ocupado dia 06/03/2016. Foram constituídas mais duas comunidades com mais de 100 famílias, uma localizada na Ponte Alta, ponte que interliga município de Rio Bonito do Iguaçu com Quedas do Iguaçu, local de resistência na ocupação, e outra na divisa com assentamento Ireno Alves dos Santos, estrada principal de acesso ao Acampamento.

Com as famílias organizadas nos quatro grandes espaços, ocorre a auto-organização com afinidade na produção orgânica, inclusive com uma área específica, onde estas famílias produziam para o autoconsumo, assim como realizavam a venda do excedente. Estas áreas eram certificadas pelo processo de certificação participativa (Rede Ecovida), através das parcerias estabelecidas naquele momento, através do Setor de Produção do acampamento e o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Assim havia acompanhamento e orientação técnica para estas famílias, como também nesse período, houve um processo de formação na perspectiva da produção Agroecológica.

Estes processos citados anteriormente, se deram no período que antecedeu o golpe que depôs a Presidente legítima Dilma Rousseff. Com a mudança de governo e cortes de recursos, as parcerias foram se fragilizando, pois, as atividades desenvolvidas com CEAGRO foram sendo inviabilizadas, devido à falta de recursos para continuar viabilizando os técnicos, para acompanhar os processos organizativos e produtivos. Assim as famílias também foram gradualmente se frustrando, devido às vezes entregavam os produtos para que fossem vendidos, e demorava para receber, ou até mesmo os produtos retornavam sem serem vendidos, devido à fragilidade dos circuitos de comercialização. Este episódio inclusive desmotivou a permanência do grupo orgânico do espaço “Lambari”, se mantendo nos demais espaços, inclusive com a possibilidade da escolha da área para os lotes.

Ao longo de quatro anos houve um esforço coletivo da organização política do acampamento, assim como do MST de maneira geral, para construção e promoção dos grupos de produção agroecológica, porém importante ressaltar que as condições materiais, econômicas e políticas, assim como ausência de profissionais com disponibilidade para acompanhar, também a fragilidade de estruturas organizadas para potencializar a produção sustentável, limitou a continuidade dos processos. Importante destacar que houve avanços na perspectiva da Reforma Agrária Popular, porém sem que houvesse mudanças nas relações de poder econômico e político, aliás apresentando retrocessos após o golpe de Estado.

Neste período de 8 anos o Acampamento Herdeiros da Terra, resistiu e avançou na organização de centenas de camponeses, na busca da organização das comunidades camponesas, assim como também teve papel fundamental na luta política, em defesa da permanência no território ocupado, na defesa da democracia e de governos populares. Porém, é importante ressaltar que o acampamento iniciou-se em um período próximo que antecedeu o golpe do governo democraticamente eleito, exigindo dessa forma grandes enfrentamentos.

Após o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff com a efetivação do golpe, ocorre ascensão de um governo de direita, onde Michel Temer é empossado, dessa forma sua gestão condicionou para votação vários projetos de lei para precarização dos trabalhadores, assim como inviabilização de políticas a favor da classe trabalhadora, porém permaneceu na presidência da República por dois anos. Em 2018 Jair Messias Bolsonaro foi eleito, as eleições foram marcadas pela polarização da política brasileira, pelo discurso bolsonarista de ódio, assim como

marcado pelo uso de *Fake News* contra a oposição. Esse período foi dramático para a política brasileira, pois além de dar continuidade aos projetos do governo de Temer, aprofunda a precarização para os trabalhadores, intensifica as privatizações, aprofunda o desmonte das instituições públicas, assim como a perseguição às organizações sociais dos trabalhadores.

Durante a campanha Bolsonaro já havia declarado em exterminar o MST, assim após as eleições, as instituições, principalmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi sucateado, impossibilitando dessa forma qualquer possibilidade de construir novos assentamentos, nesse período as superintendências do INCRA, passaram a ser distribuídas à base do governo, principalmente visando a titulação dos assentamentos, muitos dos casos com objetivo de fragilizar a atuação do MST nesses territórios.

Nesse contexto da política brasileira que se inicia em 2016 e se intensifica em 2018, sem perspectiva de realizar novos assentamentos na esfera institucional, o MST analisa que seria um longo período de resistência, e organização para sobreviver ao governo bolsonarista, dessa forma para o Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio esse ambiente político reflete no dia a dia das famílias, pois a discussão de organizar o acampamento em Unidades de Produção Familiares, se adequava à leitura de impossibilidade de avançar na Reforma Agrária no novo governo que se projetava.

Importante afirmar que mesmo com todas as adversidades, o acampamento resistiu, porém, não conseguiu avançar no debate e implementação de uma matriz produtiva na perspectiva da produção Agroecológica. Como na região a cadeia produtiva do Agronegócio se encontra estruturada, e ainda fortemente reforçada pelas políticas estatais, condicionam as famílias a se inserirem também nessa lógica produtiva.

Além do agronegócio ser subsidiado por políticas públicas, ocorre que nesses últimos períodos também começa a se institucionalizar nas escolas do campo, ou seja, além do Estado, assumir essa lógica produtiva nos sistemas produtivos e financeiros, também avança para o processo educacional, pois o que o Estado tem oferecido para as escolas do campo, como proposta educacional com o “Novo Ensino Médio”, é a reprodução do agronegócio nas escolas, com os Cursos Técnicos em Agronegócio, processo este também proposto para escolas de assentamento e acampamento. Atualmente a Escola Estadual Chico Mendes no Assentamento Celso Furtado em

Quedas do Iguaçu, tem ofertado esta modalidade de Ensino que está com a segunda turma (1.º e 2.º Anos) do Técnico em Agronegócio.

Diante das disputas e avanços do agronegócio, a educação também se torna central na Reforma Agrária Popular, pois além da luta pela Terra se faz necessário propor um processo educativo que se contraponha à lógica capitalista e empresarial.

2.2.1.1 A CONSTITUIÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES NO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1.º DE MAIO

A organicidade das famílias acampadas no espaço centralizado inicial permaneceu até 2018, quando a comunidade, mediante uma série de discussões, define o deslocamento para cada unidade produtiva, pois era um período de incerteza política na esfera governamental estadual e federal, assim como a impossibilidade de que o Estado fizesse o assentamento. Nesse sentido, sem a presença do Estado, o MST organiza o acampamento em unidades de produção e a organização das famílias em cada lote, pois era um anseio das famílias para que fosse possível viabilizar a produção, pois a extensão da área ocupada com mais de 22 mil hectares impossibilitava o deslocamento diário para cultivo, assim como a falta de recursos financeiros, ainda mais escassos após quase quatro anos acampados.

Diante dos anseios das famílias e definição política do MST nas diversas instâncias, foi ratificado em assembleia a construção do Projeto de Assentamento, dessa forma a comunidade determina um prazo de seis meses para que o Estado realizasse o assentamento, caso esse não fosse feito, o MST atendendo aos anseios das famílias acampadas faria por conta própria. Importante ressaltar que na região o movimento tinha acampamentos antigos que realizaram processos similares, porém com muito menos famílias acampadas.

Assim, no início de 2018 os acampados se organizam em equipes e começam as medições dos talhões para os grupos de 50 famílias em média, outras equipes começam a repensar o novo espaço da escola, dessa forma foram realizados uma série de debates nos grupos para organização. Havia a necessidade de que as famílias assumissem a construção em um novo espaço da escola, a qual se reorganiza, centralizando em um espaço para as escolas dos anos iniciais, a qual aglutina novamente, os espaços Herdeiros I, Alojamento e Lambari, permanecendo

no mesmo local o espaço do Guajuvira. A Escola Itinerante Herdeiros do Saber I, passa a atender alunos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

No dia 09/07/2018 foi realizado o sorteio dos talhões dos grupos de 50 famílias e também os grupos menores, que estavam na perspectiva da produção agroecológica, assim no decorrer do processo houve alguns ajustes no número de integrantes, para o sorteio de todos os grupos que compõem o acampamento. Definiu-se que seriam realizados dois grandes sorteios: primeiro os grupos que pertenciam na região de Nova Laranjeiras, espaço do Guajuvira seriam sorteados nos talhões nessa localidade, assim o restante dos grupos seria sorteado no restante da área, ou seja, os espaços do “Herdeiros I”, “Lambari”, “Alojamento”, “grupo da ponte” e o “grupo da divisa com o assentamento Ireno Alves dos Santos”. Permaneceram em local definido anteriormente ao sorteio, os três grupos organizados na perspectiva de produção orgânica, sendo os espaços do “Alojamento”, “Espaço do Herdeiros I” e o “Grupo orgânico do Guajuvira”.

Posterior aos sorteios dos talhões do acampamento, os grupos se organizam adotando distintos métodos para definirem a forma de escolha da unidade produtiva, sendo através de sorteio individual ou coletivo, por áreas de interesse pessoal ou coletiva, por proximidade familiar ou vínculos de amizade, entre outras formas estabelecidas internamente. Também a medição do lote familiar ocorre pela auto-organização de cada grupo. Cabe ressaltar que a construção do Acampamento Herdeiros da Terra de 1.º de Maio surge em um período histórico distinto dos demais que o antecederam, pois, ele surge em um momento de longo acúmulo de lutas e debates realizados pelo MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra havia realizado o VI Congresso Nacional em fevereiro de 2014 em que faz o lançamento do Programa Agrário do MST, onde reafirma a pauta central da luta pela Terra que é a construção da Reforma Agrária Popular com o lema “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular”. Dessa forma é importante ressaltar que os territórios ocupados pelo MST, são espaços em permanente disputa, pois estes ainda permanecem direta ou indiretamente subordinados à dinâmica geral do capital, pois não se constitui uma bolha social desconectada dos processos gerais.

Ao longo das décadas o amadurecimento político do movimento deu passos importantes ao sistematizar uma proposta de programa agrário, sinalizando para a importância da construção da Reforma Agrária Popular em oposição ao modelo de

desenvolvimento capitalista no campo. Dessa forma a disputa no campo se amplia na articulação com a luta das populações nos centros urbanos, resistindo dessa forma a subordinação do capital, assim como realizando disputa na esfera política em defesa de governos populares, pois o Estado tem importante papel na indução de políticas para o desenvolvimento econômico e social.

3 ANÁLISE QUALITATIVA DO ACAMPAMENTO HERDEIROS DA TERRA DE 1º DE MAIO

Através do questionário “DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO ACAMPAMENTO”, encaminhado para famílias que possuem educandos na escola Itinerante Herdeiros do Saber I, buscou-se identificar as atividades produtivas mais representativas no acampamento, assim tendo retorno de 23 famílias, foram sistematizadas as informações com algumas reflexões sobre os dados obtidos, ressalta-se se tratar de uma pesquisa qualitativa.

A região Cantuquiriguaçu, onde está localizado o acampamento, apresenta condições ideais para cultivo de culturas perenes e anuais, assim como para atividades pecuárias, pois apresenta clima subtropical, ou seja, apresentando estações bem definidas, onde no inverno ocorrem geadas, outro fator importante são as chuvas que ocorrem de forma distribuída no decorrer do ano, possuindo uma média anual de 1800 a 2000 mm (OLIVEIRA, 2022).

As áreas da região apresentam em sua maioria relevo “suave ondulado”, também no município de Rio Bonito do Iguaçu, há predominância dos seguintes solos, Neossolo, Nitossolo e Latossolo, dessa forma O Latossolo e Nitossolo, são solos de características profundas e drenados, possuindo boa condição para cultivo com fins de exploração agrícola (OLIVEIRA, 2022).

Importante destacar que as famílias do Acampamento Herdeiros da Terra de 1.º de Maio, iniciaram as atividades organizativas e produtivas nas unidades produtivas no segundo semestre de 2018, nesse período alguns lotes já se encontravam mecanizados, enquanto outros ainda havia madeira que a empresa detinha a posse, continuando dessa forma a extração, porém até 2018 foram quatro anos acampados, possuíam uma pequena área para plantio de autoconsumo, a maioria das famílias estava descapitalizada, em muitos casos com dificuldade até mesmo para alimentação.

Sem recursos financeiros as famílias adotaram diferentes formas para iniciar a produção nas unidades produtivas, seja através de trabalho manual ou mecanizado nas áreas já preparadas, ou para viabilizá-las, porém a produção para autoconsumo é a principal forma utilizada. Alguns acampados já possuíam animais para o autoconsumo ainda antes de ter seu próprio lote, sejam suínos, galinhas, bovinos,

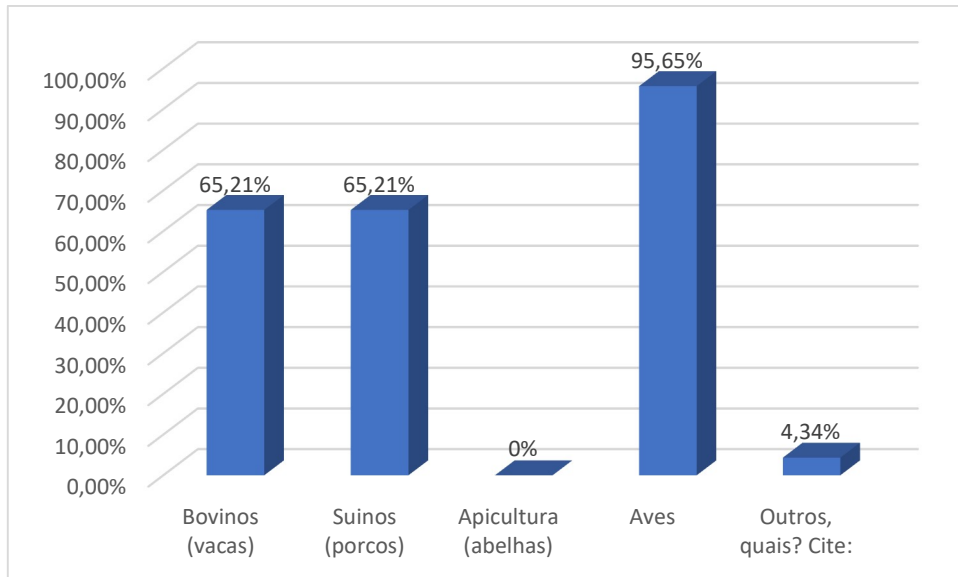
corde ou leite, entre outros. Importante sinalizar que Oliveira (2022) identifica características similares no assentamento ao identificar atividades agrícolas para o autoconsumo, nos sistemas de cultivo, horta e pomar, nos sistemas de criações, porco, galinha, bovinos de carne e leite, dessa forma essas atividades têm por finalidade o consumo do núcleo familiar, porém quando apresenta um excedente na produção as mesmas são vendidas.

Algumas famílias que possuíam recursos financeiros iniciarão a produção de forma autônoma, seja no sistema de criações, onde o bovino de Leite tem se destacado, ou ainda, sistema de produção de grãos nos casos de acampados que teve contribuição dos familiares assentados, ou que já possuíam alguns maquinários e implementos agrícolas, outra forma que algumas famílias viabilizaram a produção, foi através do plantio de mandioca com parceria entre a Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA) e/ou Biorgânica.

3.1 SISTEMAS DE CRIAÇÕES

Destacam-se algumas atividades pecuárias mais relevantes, ou seja, onde mais famílias produzem, seja para o autoconsumo ou para comercialização, porém neste tópico não se buscou definir as finalidades da produção. É importante reafirmar que a produção para o autoconsumo para o camponês tem grande importância, pois dessa forma consegue garantir a demanda de alimentos necessários para o núcleo familiar.

Diante dos questionários aplicados conforme o Gráfico 3, observou-se que a maior parte das famílias possuem Aves, sendo um total de 95,65%, outros animais de relevância foram os bovinos (vacas), onde 65,21% das famílias afirmaram produzir, nessa mesma proporção, 65,21% das famílias produzem Suínos (porcos), diante desse questionário nem uma possui Apicultura (abelhas), porém outros animais foram identificados, onde uma família afirmou possuir Cavalo e Ovelha, representando dessa forma 4,34% do total. Importante destacar que algumas famílias podem produzir um ou mais animais.



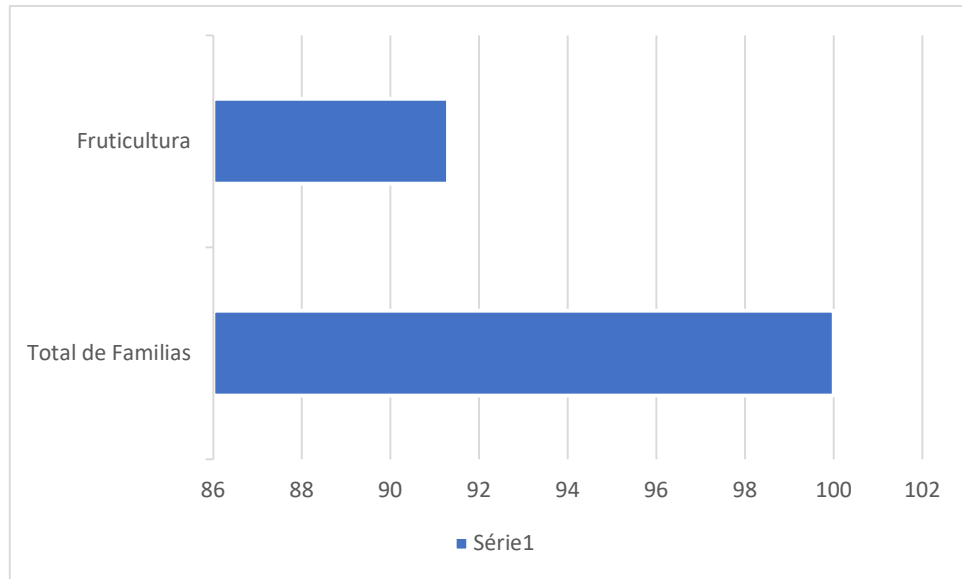
Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.2 SISTEMAS DE PRODUÇÃO

3.2.1 Fruticultura

Nos sistemas de produção foi possível observar que a maioria das famílias cultiva alguma variedade de fruta, características importantes da unidade de produção camponesa, sendo que 91,30% das famílias afirmaram produzir alguma variedade de frutas, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Sistema de produção (fruticultura) / Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

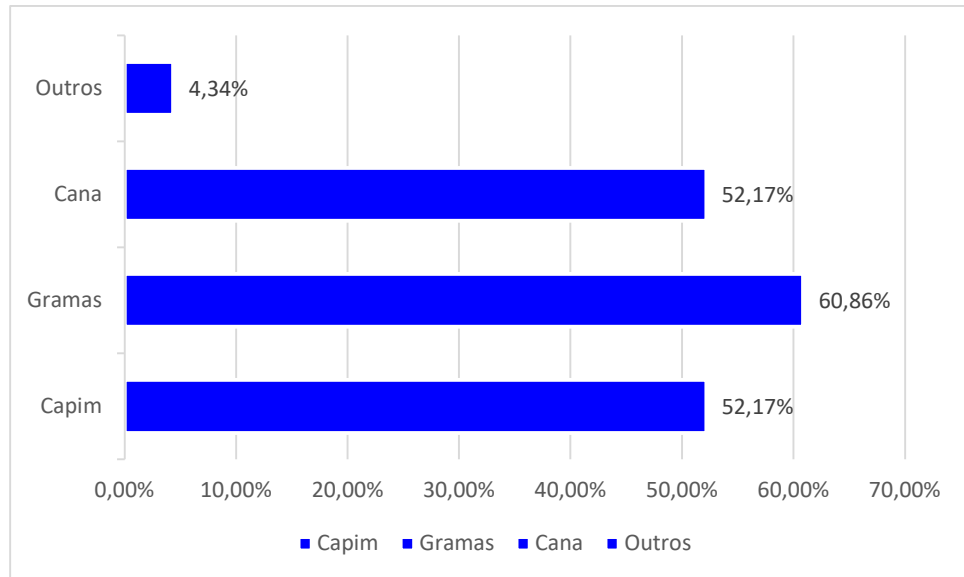
3.2.2 Forragicultura

Dentre os sistemas de produção, buscou-se identificar algumas plantas forrageiras cultivadas pelas famílias acampadas, normalmente destinadas para alimentação animal, assim a utilização de determinadas espécies, varia conforme os critérios de interesse estabelecido pelo agricultor, assim como o sistema de criações utilizadas.

Conforme o gráfico 5 foi possível constatar que a quantidade de famílias que utilizam forrageiras no sistema de produção não ultrapassa o número de famílias que trabalham com bovinos (vacas), porém é importante destacar que todas as famílias cultivam de duas ou mais espécies.

Em um número total de 23 amostras, 60,86% das famílias realizam o cultivo de gramas, possuindo uma variação nas espécies utilizadas, também 52,17% das famílias acampadas cultivam capim, outra variedade com importância foi o cultivo de cana com 52,17% das famílias que cultivam, dessa forma nos questionários obtidos apenas 4,34% das famílias afirmou utilizar outras forragens, destacando dessa forma o uso do Milheto.

Gráfico 5 - Sistema de produção (forragicultura) / Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

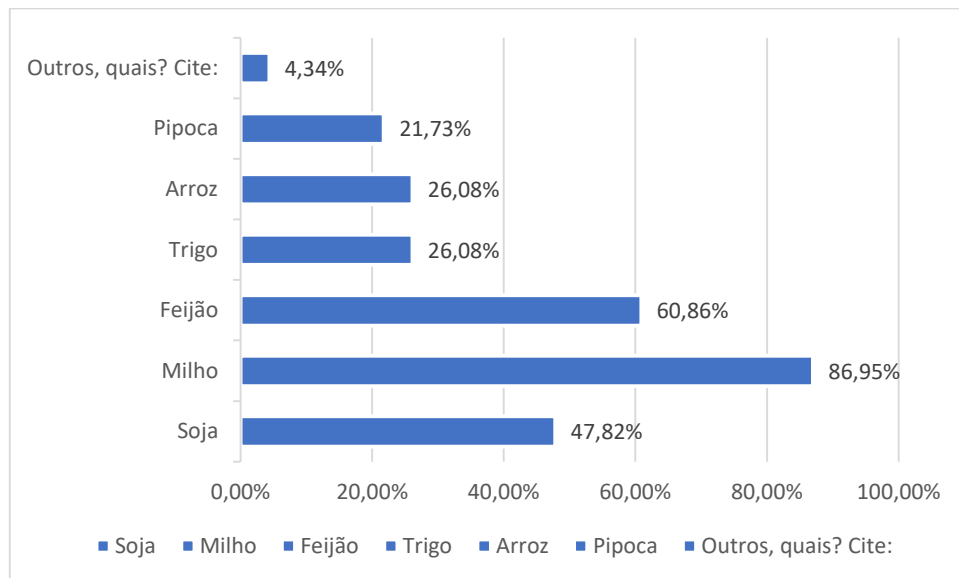
3.2.3 Grãos e Cereais

Diante dos dados obtidos foi possível identificar que a produção de grãos é uma das atividades de grande importância como fonte de renda, dessa forma elencamos as culturas mais utilizadas pelas famílias pesquisadas.

Mediante ao total das famílias que responderam os questionários, conforme o Gráfico 6, 86,95% cultivam milho, outros 60,86% das famílias produzem feijão, seguido por 47,82% que produzem soja, posteriormente 26,08% cultivam trigo, na mesma proporção equivalente a 26,08% das famílias produzem arroz, seguido por 21,72% que cultivam pipoca, enquanto outras atividades, apenas a 4,34% das famílias, afirmaram produzir mandioca.

Importante ressaltar, no entanto, que esses dados não podem ser extrapolados ao conjunto de famílias, devido ao baixo retorno de famílias que responderam ao questionário, em vista do curto período em que o mesmo foi ativamente buscado.

Gráfico 6 - Sistema de produção (grãos e cereais) / Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio

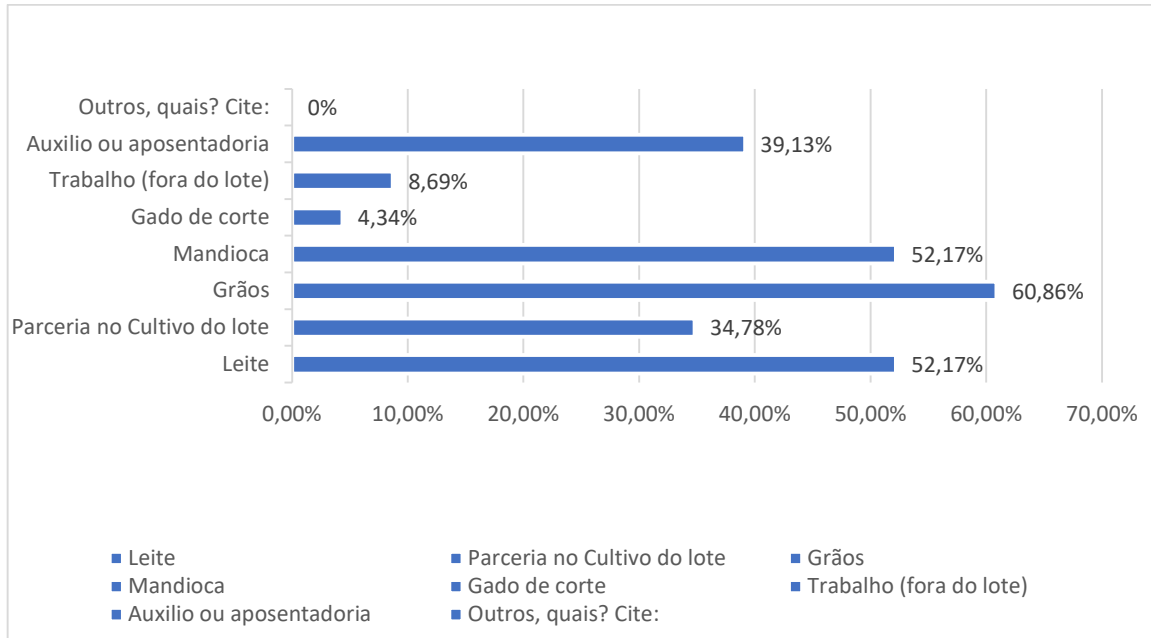


Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.2.4 Fontes de renda

Foi possível identificar os seguintes aspectos nas unidades produtivas conforme o Gráfico 7, 52,17% das famílias atualmente estão trabalhando com a produção de leite, outros 52,17% apresentam a produção de mandioca para renda, enquanto a renda obtida através da produção de grãos é importante para 60,86% das famílias, enquanto o sistema de criação com gado de corte representando 4,34% do total. Também foi identificado que 34,78% das famílias realizam parceria no cultivo do lote, número preocupante em vista de representar dificuldade financeira para desenvolver a produção com autonomia. Outro aspecto observado foi a renda proveniente de auxílio ou aposentadoria, sendo que 39,13% das famílias afirmaram receber alguma transferência de renda do Estado. Também 8,69% obtêm renda com trabalho externo ao lote para viabilizar a permanência no acampamento. Não foi apresentado pelas famílias outras formas de renda, além dessas elencadas.

Gráfico 7 – Fontes de renda / Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Diante dos dados obtidos no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio é possível constatar algumas características similares ao assentamento Ireno Alves dos Santos, pois de acordo com Oliveira (2022) com base em amostra aleatória de 165 lotes, 53,3% assentados conduzem o próprio lote, esse percentual somado ao arrendatário que são mais 8,5% dos lotes chega a um total de 61,8% dos lotes, enquanto 35,8% dos assentados arrendam os lotes, nessas amostragens também foi possível identificar arrendatário externo em dois lotes ou representando 1,2% do total.

Importante destacar que alguns acampados em sua unidade de produção, estabeleceram parceria entre familiares do assentamento que estão melhor estruturados financeiramente, ou vizinhos que possuíam maquinários e implementos agrícolas necessários para o plantio. Outra forma foi o arrendamento, onde as áreas foram cedidas por um período determinado, para que o arrendatário deixasse o terreno apto ao plantio mecanizado. Torna-se necessário ressaltar que em alguns casos as parcerias ou o arrendamento foram a condição para os acampados permanecerem no lote, mecanizar ou viabilizarem a produção, pois os mesmos não possuíam, ou possuem condições financeiras para realizar de forma autônoma. Caso o Estado tivesse realizado o assentamento e viabilizado crédito via política pública,

talvez este processo não fosse necessário, e as famílias teriam condições de viabilizar sua produção com mais autonomia.

Assim como no acampamento, na pesquisa de Oliveira (2022), foram identificados assentados que arrendavam sua terra, e que representam 35,8% do total. Utilizam da prática do arrendamento como principal fonte de renda, não possuem os meios de produção necessários para produzir, apresentando dessa forma dependência de terceiros para realização dos manejos da lavoura, processo este que nem sempre ocorre nos períodos onde há necessidade de intervenção, porém na maior parte dos casos as famílias residem nos lotes, realizando produção para autoconsumo em parte do lote, normalmente onde não é mecanizado, nesse aspecto o arrendamento corresponde também com as parcerias estabelecidas pelo possuidor do lote com terceiros, onde o possuidor da Terra não participa na tomada de decisões.

Assentados arrendatários são agricultores que arrendam as Terras de terceiros no assentamento, para cultivo de grãos, esses representam um número de 8,5% do total, variando a quantidade de área mecanizada arrendada, pois variava de 8 ha (1 lote) até 120 ha (15 lotes), para esta tipologia de trabalhadores a mão de obra empregada predomina a familiar, com exceções em períodos de semeadura e colheita, onde formam parceria, dessa forma cede horas máquinas em troca de trabalho de operador de máquinas. Os assentados arrendatários dispõem de maquinários necessários para realização dos cultivos, algumas exceções utilizam serviço de terceiros para colheita, há casos de arrendatários que também realizam trabalhos externos ou horas máquinas, com seus equipamentos, adquirindo dessa forma uma renda extra (OLIVEIRA, 2022).

Importante destacar a descrição do assentado arrendatário realizada no Assentamento, pois esta tipologia de produtor também é encontrada no acampamento para garantir renda, ou a viabilidade de maquinários e estruturas agrícolas, porém como não foi o foco da presente pesquisa seria necessário um trabalho mais direcionado para quantificar esta tipologia.

De acordo com Oliveira (2022) no Assentamento Ireno Alves dos Santos esses arrendatários possuem acesso a crédito agrícola em instituições financeiras, assim como nas empresas onde adquirem insumos agrícolas, nas empresas o pagamento pode ser feito após a colheita, assim como oferecem assistência técnica, dessa forma o seguro agrícola compensa somente a perda da produção, quando esta não atinge o

suficiente para compensar a dívida financiada. Outro fator observado é que o arrendamento é pago adiantado.

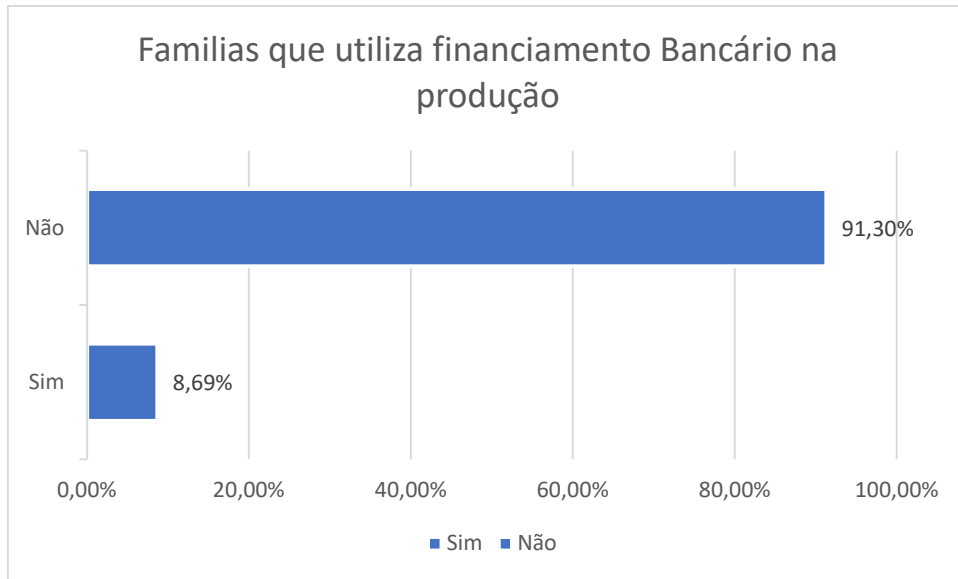
Esta forma identificada no assentamento, da figura do arrendatário, tem sua similaridade no acampamento, pois em alguns casos são os mesmos assentados também que cultivam lotes de seus familiares acampados. Para os acampados não é possível acessar créditos em instituições financeiras, pois não possuem documentos dos lotes, tendo somente direito a posse da produção através dos Blocos de Produtor, dessa forma para aqueles com menos recursos financeiros limita-se a negociação com empresas vendedoras de insumos, ou ainda se utilizando de nome de terceiros para compra de insumos, sendo o arrendamento também pago de forma adiantada à produção.

3.2.5 Acesso a Crédito

Um aspecto importante para viabilizar os diferentes processos produtivos da agricultura é o acesso a créditos, porém no questionário foi identificado um número baixo de famílias que utilizam desse meio, devido a, vários fatores, sendo o principal que as famílias acampadas detêm somente a posse da produção, possuindo dessa forma limites de acesso a financiamento nas instituições financeiras.

Referente ao acesso a créditos, apenas 8,69% afirmaram utilizar crédito, conforme o gráfico 8.

Gráfico 8 – Acesso à Crédito / Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da bibliografia estudada, da análise da pesquisa de Oliveira (2022) sobre o assentamento Ireno Alves do Santos, assim como dos dados obtidos com o diagnóstico do Acampamento Herdeiros da Terra de 1.º de Maio, foi possível identificar algumas similaridades, relacionados a fontes de renda, assim como possíveis tendências dos sistemas de produção influenciados pelo agronegócio.

O agronegócio é a reprodução do capital no campo, pois vem nas últimas décadas se consolidando e se fortalecendo ainda mais, se apropriando nas diversas esferas da economia agrícola, assim como descaracterizando as distintas formas de reprodução de camponeses em sua diversidade cultural, processo este sustentado por um grande aporte de recursos e política do Estado, aliás o agronegócio se estrutura como uma estratégia de desenvolvimento para agricultura brasileira adotado pelas instituições públicas.

Importante destacar que há proximidades, nas formas gerais de obtenção de renda e condução dos lotes, entre as famílias do assentamento Ireno Alves dos Santos e o Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, porém é necessário destacar momentos distintos de definições políticas pelo próprio MST, pois em 1996 o tema da Agroecologia e modelo de reforma Agrária ainda estavam em fase de construção pelo movimento, dessa forma nos últimos anos o tema da Agroecologia se torna central para o MST, inclusive no Paraná com as grandes Jornadas de Agroecologia, assim como em 2014 no Congresso Nacional do MST é lançado o Programa de Reforma Agrária Popular pautada pelo movimento como elemento central na luta e classe e pela Terra no Brasil.

Assim a Reforma Agrária Popular pressupõe a construção de um modelo de reforma agrária pautada pelos movimentos sociais em sintonia com governos populares, em benefício da sociedade, assim o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio é parte do processo da construção da Reforma Agrária Popular, pois mesmo com ausência do Estado os camponês organizado através do MST, construíram a organização dos acampados em unidades produtivas, dessa forma esse último período exigiu dos trabalhador grande capacidade de resistência, assim como solidariedade para com os trabalhadores dos centros urbanos.

O acampamento resistiu ao longo desses últimos anos, agora com a perspectiva de um novo governo há um esforço coletivo das famílias, para que o Estado reconheça e legalize o assentamento, pois as famílias ainda são acampadas, porém, organizadas em unidades produtivas, onde foram alocados em áreas abertas, que estavam sendo exploradas pela Araupel, processo este, organizado para garantir a preservação ambiental, assim a expectativa é que o INCRA construa o PDA, porém seguindo o projeto coletivo proposto pelo MST.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Antonio Marcos. **Dinâmicas da agricultura da microrregião Cantuquiriguaçu - PR e a caracterização do assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu-PR**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento rural Sustentável) – Curso de Pós graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2022.

HAMMEL, Ana Cristina. **Luta Camponesa pela Terra no latifúndio da Araupel: Um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.
Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5004>

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; ZAMBERLAN, Cláudio Adão. **Constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito: Uma visão desde os Movimentos Sociais do Campo**. 2. ed. Brasília: CONCRAB, 2007. p. 73.

BABNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 787.

FERNANDES, Bernardo Monçano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. São Paulo, v.01, n.57, p.01-57, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINA%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%206a.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

FREITAS, Altemar Mendes. **Dinâmicas do Cooperativismo de Crédito Rural e os Desafios da CREHNOR Laranjeiras**. Laranjeiras do Sul. 2019. p. 32.

MEDEIROS, M.C. **As bases teóricas para interpretação do papel do capital financeiro na agricultura**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná: Unioeste, 2017. Exigência Parcial Para A Promoção à Classe de Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na Agricultura À Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965 - 2012]**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 144 p.
(DELGADO, 2012)

MEDEIROS, Marlon Clovis. Estado, capital financeiro e agricultura no Brasil atual. In: RIPPEL, Leomar; NUNES, Sidemar Presotto et al (Org.). **Imperialismo e Questão Agrária: A luta de classes no campo brasileiro**. 01. ed. Florianópolis: Habitus, 2020. p. 109.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa agrário do MST: Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

STEDILE, João Pedro et al (Org.). **Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo**: Volume I. 01. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 280.

SILVA, Jose Graziano. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: STEDILE, João Pedro et al (Org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate na década de 1990. 02. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 388.

GERMER, Claus. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: STEDILE, João Pedro et al (Org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate na década de 1990. 02. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 388.